



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

11 de abril de 2011  
Edição 66

*Documento Interno*

## Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

### Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fernando dos Santos Macedo**

**João Campagna**

**Nathalia Margutti**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

## Índice:

### **Embalagem**

#### PROJETO DE LEI Nº 418, DE 2011 \_\_\_\_\_ 04

Proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas

### **Agrotóxico**

#### PROJETO DE LEI Nº 190, DE 2010 \_\_\_\_\_ 05

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.

#### PROJETO DE LEI Nº 390 DE 2011 \_\_\_\_\_ 10

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”.

### **Mineração**

#### PROJETO DE LEI Nº 209, DE 2010 \_\_\_\_\_ 15

Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.

## PROJETO DE LEI Nº 418, DE 2011

*Eli Correa Filho - DEM /SP*

*Proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas*

### O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º- Fica proibido o envasamento e a comercialização de refrigerante ou qualquer tipo de bebida alcoólica na forma de cerveja, chope ou bebida alcoólica por mistura - como licor, bebida alcoólica mista, batida, caipirinha, bebida alcoólica composta, aguardente composta, com embalagens em garrafa PET, embalagens à base de polietileno tereftalato – PET ou outro tipo de embalagem plástica, sem a existência de prévio estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) submetido a análise do órgão competente, licença ambiental do IBAMA e registro no Ministério da Agricultura .

Art. 2º - O descumprimento do previsto nesta lei sujeitará às seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa de RS 100,00 (cem reais) por embalagem e apreensão da mercadoria;

III – suspensão da atividade.

Art. 3º – No cumprimento desta Lei, observar-se-ão os dispositivos previstos na Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública .

Parágrafo único. As penalidades previstas somente poderão ser aplicadas após decisão da autoridade administrativa competente, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A poluição por resinas plásticas é responsável por inúmeros prejuízos ao ambiente, à saúde e à segurança da população.

Praticamente todas as áreas urbanas do país convivem com inundações, provocadas pelo assoreamento de valas, rios e canais e pelo entupimento de galerias pluviais, em muito relacionadas diretamente ao descarte irresponsável de lixo plástico.

Dados da Abir (associação das indústrias de refrigerantes) mostram que o PET domina o mercado, com 79,9% das embalagens (em dezembro de 2006). O vidro tem 12,3% e a lata, 7,8%. O consumo de plástico para embalar bebidas tem crescido ano a ano.

Passou de 80 mil toneladas em 1994 para 374 mil em 2005, segundo a Abipet (Associação Brasileira da Indústria do PET).

Assim se manifestou o doutor Juiz de Direito da 1ª Vara da 8ª subseção Judiciária de Bauru – SP ao julgar em caráter liminar ação civil pública: “de fato, não há como pensar no meio ambiente dissociado dos demais aspectos da sociedade, de modo que ele exige uma atuação globalizada e solidária, até mesmo porque fenômenos como a poluição e a degradação ambiental não encontram fronteiras e não esbarram em limites territoriais. Dessa forma, observa-se que o direito ambiental reclama não apenas que se ‘pense’ em sentido global, mas também que se haja em âmbito local, pois somente assim é que será possível uma atuação sobre a causa de degradação ambiental e não simplesmente sobre seu efeito.”

Continua o magistado, “a indústria brasileira de cerveja/chope está prestes a implantar um novo processo de fabricação de produto, capaz de permitir seu acondicionamento em embalagens plásticas do tipo PET (polietileno tereftalato), semelhantes às utilizadas para os refrigerantes. O principal motivo de interesse do setor pela novidade era (e ainda é) o baixo custo de produção da cerveja/chope acondicionada em vasilhames de PET, o que permitiria um aumento significativo nos lucros das cervejarias, já que o novo processo não inclui o recolhimento e o tratamento das embalagens, ao contrário do que é feito com as garrafas de vidro. Em que pese a atratividade financeira para as empresas cervejeiras, essa mudança, entretanto, pode causar um irreparável dano ambiental, principalmente diante das características que envolvem o consumo de cerveja/chopp em nosso País. Afinal, o Brasil é um dos maiores consumidores de cerveja/chopp, mas esse consumo concentra-se no tempo e no espaço, ou seja, estas bebidas são consumidas em apenas alguns meses do ano e, também, de forma concentrada em alguns lugares, principalmente praias e eventos festivos. Além disso, ao contrário dos refrigerantes, em face dos quais são normais as embalagens de dois ou três litros, tais bebidas alcoólicas são consumidas em embalagens de 300 ml, o que aumentará, em muito, o volume de lixo produzido.” (Revista Consultor Jurídico de 29 de maio de 2009).

Apesar da acertada decisão prolatada, o ideal é disciplinar o assunto através de lei.

Assim dispõe o Artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” (grifo nosso).

Deputado Eli Corrêa Filho

DEM/SP

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no Senado Federal.

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=492123](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=492123)

**Data de Apresentação:** 16/02/2011

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

**Ementa:** Proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas.

**Indexação:** Proibição, envasamento, comercialização, bebida alcoólica, embalagem, material plástico, ausência estudo prévio de impacto ambiental, licença ambiental, Ibama, registro, Ministério da Agricultura.

---

## Tramitação:

**16/2/2011 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 418/2011, pelo Deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), que: "Proíbe o envasamento e a comercialização de bebida em embalagem PET e dá providências correlatas". (Íntegra)*

**16/2/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 17/02/2011*

**1/4/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (Íntegra)*

**4/4/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação do despacho no DCD do dia 05/04/2011*

**4/4/2011** COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**5/4/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**5/4/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. João Maia (PR-RN)*

**6/4/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 07/04/2011)*

## PROJETO DE LEI Nº 190, DE 2010

*Sen. Heráclito Fortes*

*Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

III - defensivo agrícola genérico: produto técnico equivalente a outro produto técnico já registrado”. (NR)

“Art. 3º .....

§ 7º A avaliação para determinação da equivalência entre produtos técnicos para fins de registro de defensivo agrícola genérico será realizada com observância dos critérios de equivalência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

§ 8º O produto técnico registrado como defensivo agrícola genérico não poderá ser indicado como produto técnico de referência.

§ 9º A observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade do interessado no registro do defensivo agrícola genérico”. (NR)

Art. 2º As aquisições de defensivos agrícolas pelo Poder Público e o receituário agrônomo adotarão obrigatoriamente a nomenclatura do princípio ativo do produto técnico.

Parágrafo único. Nas aquisições a que se refere o caput deste artigo, o defensivo agrícola genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preço.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Primeiramente, é importante destacar que a iniciativa de instituir, fabricar e comercializar medicamentos genéricos de uso humano representou grande benefício para os consumidores e teve excelente aceitação por parte da sociedade. Os consumidores passaram a ter o direito de adquirir medicamentos com o mesmo princípio ativo dos medicamentos de marca, mas por um preço bem mais acessível.

Sob inspiração do sucesso dos medicamentos genéricos humanos, tramitam no Senado Federal diversas proposições que têm por objetivo instituir o medicamento genérico de uso veterinário. Essas propostas já estão em fase adiantada de tramitação na Casa, porém, tratam apenas de produtos de uso veterinário, não contemplando os defensivos agrícolas genéricos.

Por esse motivo, estou apresentando este Projeto de Lei, que tem por finalidade instituir o defensivo agrícola genérico. A sua adoção incentivará a concorrência entre os fabricantes e, certamente, resultará em redução dos preços desses produtos. Tal redução trará maior competitividade para a agropecuária brasileira, além de benefícios para toda a população, pois a diminuição dos custos poderá ser repassada para o preço dos alimentos.

Outro efeito importante da medida será o incentivo à indústria nacional de defensivos agrícolas. A implementação dos genéricos propiciará às empresas nacionais melhores condições para competir com as grandes multinacionais do setor.

O Projeto prevê, ainda, a obrigatoriedade de adoção da nomenclatura do princípio ativo no receituário agrônomo e nas compras do Poder Público. Estabelece, também, que nas aquisições governamentais, o

defensivo agrícola genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preço.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto, de forma a estender à agricultura os benefícios que os genéricos trouxeram para a saúde e para o bolso dos brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador HERÁCLITO FORTES

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site Senado Federal

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=97499](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97499)

**Autor:** SENADOR - Heráclito Fortes

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.

**Explicação da ementa:** Clique para abrir / ocultar a explicação da ementa Acresce à Lei nº 7802/89 a definição de defensivo agrícola genérico; determina a observância dos critérios de equivalência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO para fins de registro de defensivo agrícola genérico; estabelece que o produto técnico registrado como defensivo agrícola genérico não poderá ser indicado como produto técnico de referência; responsabiliza o interessado no registro do defensivo agrícola genérico pela observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual; impõe às aquisições de defensivos agrícolas pelo Poder Público e ao receituário agrônômico a adoção da nomenclatura do princípio ativo do produto técnico; confere preferência ao defensivo agrícola genérico nas aquisições pelo Poder Público quando houver igualdade de preços.

**Data de apresentação:** 29/06/2010

---

## Tramitação:

### 29/06/2010 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 4 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.*

### 29/06/2010 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.*

*À CRA, em decisão terminativa*

*Publicação em 30/06/2010 no DSF Página(s): 31745 - 31746 ( Ver Diário )*

*Textos: Avulso da matéria*

### 30/06/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Recebido na Comissão nesta data.*

*Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a Comissão.*

### 01/07/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Prazo para recebimento de emendas: 1/7/2010 a 7/7/2010.*



**08/07/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental (01/07/2010 a 07/07/2010).*

*Matéria aguardando designação de relator.*

**13/07/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Designado o Senador Neuto de Conto para relatar.*

*Encaminhado ao Gabinete do Senador Neuto de Conto.*

**24/08/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato.*

**31/08/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Matéria redistribuída para o Sen. Gerson Camata.*

*Ao gabinete do Sen. Gerson Camata.*

**11/11/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Gerson Camata, o relatório pela aprovação do Projeto (fls. 5/7).*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

*Textos: Relatório*

**23/11/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A matéria constou da Pauta da 24ª Reunião Extraordinária da CRA, tendo sido retirada, a pedido do relator, para reexame.*

*Encaminhado ao Relator, Senador Gerson Camata, para reexame.*

**29/11/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Devolvido pelo Senador Gerson Camata, atendendo solicitação do Of. SF 2280/2010 - do Presidente do Senado Federal Senador José Sarney, para remessa do Projeto à Secretaria-Geral da Mesa para leitura de requerimento de encaminhamento da matéria ao exame da CMA (fls. 8/9).*

*À SSCLSF.*

**29/11/2010** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: Recebido neste Órgão às 12h20.*

**29/11/2010** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Aguardando leitura de requerimento de audiência de comissão.*

**30/11/2010** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Leitura do Requerimento nº 925, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, que solicita, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o presente projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da constante no despacho inicial.*

*O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.*

*À SCLSF.*

*Publicação em 01/12/2010 no DSF Página(s): 54451 - 54452 ( Ver Diário )*

*Textos: Avulso de requerimento (RQS 925 / 2010)*

**30/11/2010 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 925, de 2010, de audiência da CMA.*

**08/12/2010 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário.*

**08/12/2010 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Ação: (Incluído na Ordem do Dia, extrapauta, de acordo com as Lideranças Partidárias)*

*Rejeitado o Requerimento nº 925, de 2010.*

*A matéria volta a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.*

**09/12/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Distribuído ao Senador Osmar Dias para relatar.*

*Ao Gabinete do Senador Gerson Camata.*

**10/12/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, relatório do Senador Gerson Camata, Relator, o qual concluiu pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta (fls. 11/14).*

*Matéria pronta para a pauta.*

**14/12/2010 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Em reunião realizada nesta data, a matéria constou da pauta, tendo sido realizada a leitura do relatório pelo Sen. Gerson Camata, Relator..*

*Matéria em fase de discussão.*

**15/12/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Ação: À SSCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*05/01/2011 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO*

*Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.*

*A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.*

*A matéria volta à Comissão de Reforma Agrária.*

**06/01/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

*Matéria aguardando designação de relator.*

**23/02/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Distribuído ao Senador Waldemir Moka para relatar.*

*Encaminhado ao Gabinete do Senador Waldemir Moka.*

**05/04/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Waldemir Moka, o relatório pela aprovação do Projeto com a emenda nº 1 (fls. 15/18).*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**05/04/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.*

## PROJETO DE LEI Nº390 DE 2011

Marçal Filho - PMDB /MS

*Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 20 A:

“Art. 20 A. Fica proibido em todo o território nacional o uso de agrotóxicos que tenham como componente o Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D)”. (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A utilização do Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D) causa danos irreversíveis ao meio ambiente como se verifica pela análise dos dados abaixo constantes em documento da Organização Mundial da Saúde (PESSATI. M. L. Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético – Aspectos ambientais “2,4-Diclorophenoxyacene acid environmental aspects. World Health Organization International Programme on chemical Safety. Genova. 1989”. Curitiba.mimeo. 1998). É inquestionável que os estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde gozam de grande aceitação na comunidade científica internacional, servindo os mesmos de base para as políticas públicas de praticamente todos os países do mundo, inclusive o Brasil.

As condições em que o 2,4-D e outros herbicidas quimicamente relacionados são preparados, quais sejam meio em geral fortemente alcalino e temperaturas elevadas, propiciam a formação de dibenzop-dioxinas policloradas (CDD), produtos altamente cancerígenos cuja pirólise produz certos isômeros de CDDs. Esta informação é importante, pois, justifica a proibição da incineração. Por esta razão, em alguns países tem sido reduzido o uso do 2,4-D e do 2,4,5-T em parques e áreas públicas devido aos seus possíveis efeitos tóxicos especialmente em relação às CDDs (dioxinas).

Os sais de amina ou álcais e os ésteres são usados na proporção de 0,2 a 2,0 kg de ingredientes ativo por hectare, sendo que os ésteres podem atingir 6,0 kg/ha. Formulações granulares são usadas como herbicidas aquáticos na proporção de 1 a 122 kg/ha. Esses dados mostram uma variação muito grande entre as dosagens utilizadas. Outrossim, apesar do composto ter sido desenvolvido e utilizado desde a Segunda Guerra Mundial, pouco se sabe sobre seus efeitos em diferentes ambientes os quais se expressam com uma variabilidade muito alta. Em determinado ambiente, uma dosagem pode ser benéfica e, em outro ambiente, manifestar efeitos muito tóxicos. Desta forma, a segurança ambiental com a atualização do 2,4-D é muito baixa, principalmente em países com diversidade climática e ambiental tão grande como o Brasil.

Embora o 2,4-D não persista no solo, devido à sua rápida degradação, seu consumo e biodisponibilidade são fortemente influenciados pelo conteúdo de matéria orgânica do solo, atividade microbológica e condições ambientais como luminosidade, temperatura e pH. Como é grande o número de variáveis que potencialmente interferem na biodegradabilidade do 2,4-D, torna-se difícil prever as consequências ambientais de seu uso. Além disso, os dados de biodisponibilidade e dissipação até o momento, são altamente inconsistentes.

Algumas algas são capazes de reter o 2,4-D. Estes organismos, base da cadeia trófica, podem acumular o 2,4-D e, desta maneira aumentar os efeitos do composto no ambiente. Outrossim, segundo dados publicados nos critérios de saúde ambiental da O.M.S, muitas culturas de algas de água doce degradaram o

2,4-D em duas semanas e somente uma cultura reteve 64% do 2,4-D adicionado. Mas, estes dados foram extraídos de trabalhos que utilizaram tratamentos com concentrações tão baixas como 0,01 mg/litro, quando deveriam ter utilizado níveis até 1000 vezes maiores, para não subestimar os efeitos deletérios do composto.

Foi verificado, também, que alguns microorganismos podem ser capazes de degradar o composto. No entanto, uma menor degradação foi observada em solos ácidos e uma redução no Ph para valores inferiores a 6 inibiu a degradação bacteriana. Como os fungos normalmente liberam grande quantidade de ácidos orgânicos, eles porém, por este mecanismo, inibir a quebra ou a biodegradação do 2,4-D, aumentando o tempo de permanência do composto no ambiente, o que ocorre mais particularmente em solos tropicais, como o Brasil.

Estudos de campo demonstram a degradabilidade do 2,4-D.

Quando aplicada uma determinada dose de 2,4-D, os valores residuais em peixes, crustáceos e larvas de insetos parecem pequenos, mas quando comparados com os valores de LC50 para estes organismos, observa-se que os níveis residuais, mesmo 8 dias após, podem ser fatais para várias espécies.

Outro aspecto a ser ressaltado é que os maiores valores observados de acúmulo pelos organismos ocorreram 24 horas depois da aplicação e não 8 dias ou 3 semanas depois, como discutido no trabalho.

Com a aplicação de 112 kg de 2,4-D como éter de butoxietanol/há de formulação granular, verificou-se que as amostras de húmus continham níveis muito variados do composto (entre 0,14 e 58,8 mg/kg), sendo que a maior concentração do resíduo foi encontrada 10 meses após a aplicação. Ou seja, além de se observar, mais uma vez uma variabilidade extremamente alta no acúmulo do composto pelo húmus, também fica evidente o alto tempo residual do composto no ambiente. Deve considerar-se que 10 meses não é um tempo curto uma vez que muitas culturas agrícolas são plantadas e colhidas num prazo menor que este.

A fixação de nitrogênio por algas aquáticas foi afetada em concentrações de 400 mg/litro e eliminada a 600 mg de ácido 2,4-D (sal de sódio) por litro. Quando ésteres de 2,4-D foram aplicados a fixação de nitrogênio pela alga verde-azul *Anabaena* ficou comprometida com doses acima de 36 mg/litro. Como no experimento foram testadas doses de 36 a 324 mg/litro, não é correto afirmar que é com doses acima de 36 mg/litro que houve comprometimento da fixação de nitrogênio em *Anabaena*, porque não foram testadas doses menores.

Talvez uma dose de 5 mg/litro também afetasse a fixação de nitrogênio nesta espécie. Além disso, quando o 2,4-D foi aplicado sobre uma alga verde aquática, verificou-se redução na divisão celular, a qual foi paralisada e com crescentes anormalidades nos cromossomos durante a divisão celular, proporcionais a exposição ao 2,4-D. A exposição a ésteres do 2,4-D reduziu a produtividade nestes organismos em até 50%. Considerando que estes organismos formam a base da cadeia trófica e respondem por 40% do oxigênio produzido no planeta, o desequilíbrio destes organismos no sistema poderia ter graves repercussões ambientais, com efeitos diretos e indiretos sobre o homem.

O 2,4-D também se mostrou inibitório para todos os tipos de fungo do solo. Existe uma grande variação na sensibilidade entre diferentes espécies de seres vivos em reposta à mesma formulação do 2,4-D. Ademais, os organismos se tornam mais sensíveis quando a temperatura da água aumenta. Estes dados são de grandes importâncias pois no Brasil um País tropical, são de se esperar efeitos mais deletérios do 2,4-D, o que aliado a grande variação de toxicidade em função da espécie, diminui a segurança quanto aos riscos ambientais do composto.

Destaca-se ainda, o nível de tóxico máximo aceitável, sugerido como menor que 1 mg/litro, o que é extremamente baixo e facilmente ultrapassado em regiões que utilizam esse herbicida, já que os próprios dados criados na publicação da O.M.S indicam que “para doses de aplicação recomendadas a concentração de 2,4-D na água tem sido estimada um máximo de 50 mg/litro e muitas aplicações conduziram a concentração na água muito menores do que isto (entre 0,1 e 1,0 mg/litro)”.

Com base na toxicidade do ácido 2,4-D para larvas de caranguejo, autores do trabalho sugeriram um nível de tóxico máximo aceitável como sendo menos de 1 mg/litro. Será possível que num ambiente onde a concentração chega a 50 mg/litro sobreviva alguma larva de caranguejo, se com apenas 1 mg/litro já se observam efeitos do 2,4-D e as aplicações que resultaram em concentrações entre 0,1 e 1,0 mg/litro não causaram tais efeitos.

Verificam-se os efeitos de diferentes formulações para peixes de água doce e peixes estuarinos, observando-se uma variação na sensibilidade de até 100 vezes maior. Como pode ser constatado, a toxicidade varia grandemente em função da formulação, o que significa menor controle sobre os riscos ambientais decorrentes do seu uso. Estes valores mostram ainda o perigo real da utilização deste herbicida.

Pode-se imaginar, portanto, o desastre ecológico que poderia ser causado pelo uso inadequado de uma formulação do tipo éster, butoxietanol ou tuboxienil para espécies aquáticas.

Desta forma sendo o Brasil um país tropical, não deveriam ser utilizados apenas parâmetros de proibição de países de primeiro mundo, de clima frio, onde o composto tenderia ser menos tóxico.

Os níveis de efeitos não observados (NOELs) do 2,4-D estão abaixo de 1 mg/litro para a maioria dos peixes testados, utilizando-se como parâmetro os valores de LC, 96 horas. Estes valores indicam a concentração de produto em que se tem embora muito discutido, uma maior segurança sobre os riscos ambientais do produto. Como os valores para peixes foram basicamente abaixo de 1 mg/litro, estes valores deveriam ser por si só proibitivos pois, como já visto, os valores na água chegam facilmente a 50 mg de 2,4-D por litro, muito acima da concentração na qual não se observaram efeitos tóxicos. Este dado mostra, com grande evidência a falta de segurança ambiental, principalmente para ambientes de água doce (as mais estudadas), quando do uso deste herbicida.

Para aplicação terrestre, o 2,4-D é geralmente usado nas formas menos voláteis, como ésteres de cadeia longa, para reduzir os danos da derivatização das pulverizações. Embora estes compostos normalmente não sejam tóxicos para insetos benéficos, como abelhas e inimigos naturais de pragas, alguns efeitos adversos têm sido reportados, normalmente vinculados à privação alimentar indireta causada pelo herbicida.

Como para os organismos aquáticos os ésteres são os mais tóxicos ocorre aqui uma nítida controvérsia ao seu uso. Uma determinada formulação sempre será danosa para o meio ambiente: ou tóxica para o meio aquático (ésteres) ou tóxica para o meio terrestre (sais e ácido livre). Esta característica implicaria em permitir-se um uso restrito de 2,4-D (permitir o uso de uma formulação e proibir outra), o que geraria grande dificuldade técnica e fiscalizatória. Portanto, fica difícil imaginar qualquer formulação que, no Brasil, um país agrícola mas com grande área aquática, não cause danos ambientais.

Estudos em roedores do gênero *Microrus*, e citados na publicação da O.M.S, afirmam que o herbicida não apresenta perigo. No entanto, segundo outros trabalhos, citados na mesma publicação, quando exemplares machos receberam apenas 10% da LC diariamente, por 10 ou 20 dias (400 mg/kg), o peso do testículo (um índice de espermatogênese) e as divisões na espermatogônia foram significativamente reduzidos em relação aos valores controle.

Foi observado, ainda, cerca de 78% de aumento no número de insetos praga e também, aumento na ocorrência de infecção fúngica em milho quando tratados com 2,4-D como sal de trietanolamina.

Somados aos fatores já discutidos, existem dados limitados dos efeitos do 2,4-D e suas formulações nas comunidades de organismos. As informações sobre os riscos são, portanto, sempre obtidas por extrapolação de estudos com espécies únicas. Sendo assim, torna-se evidente o grande risco ambiental em decorrência do uso das diferentes formulações do 2,4-D, principalmente para países tropicais, com ambientes tão diversos e com biodiversidade tão privilegiada como o Brasil.

Além dos dados técnicos elaborados pela Organização Mundial da Saúde, que nos fazem concluir pela alta nocividade de contaminação ao meio ambiente, existem inúmeros trabalhos acadêmicos sobre as consequências para a saúde humana em virtude da utilização do 2,4-D e seus derivados, destacando-se neste campo a Tese de Luiz Fernando Pereira da Universidade Federal do Paraná, bem como outros artigos assinados em conjunto com outros pesquisadores.

Transcrevem-se a título de ilustração alguns trechos dos documentos supracitados. "Os fenoxiácidos na forma de sal são prontamente hidrolisados para a forma de ácidos livres (HERNE, 1966) e, não sendo significativamente metabolizados em mamíferos, são excretados na urina (GRUNOW & BOHME, 1974). O 2,4-D encontra-se mais concentrado nos rins por um mecanismo de transporte ativo (BERNDT & KOSCHIER, 1973)". "O 2,4-D, o 2,4,5-T e seus derivados são potencialmente tóxicos, podendo provocar uma série de distúrbios digestivos, neurológicos e musculares. Essas substâncias persistem no meio ambiente e sua absorção quase sempre se dá por via oral, podendo ocorrer por inalação."

Destaca-se também o estudo realizado pelo Professor Catedrático em Farmacologia da USP e UFPR, Professor Heitor Segundo Guilherme Medina, o qual desenvolveu inúmeras pesquisas sobre os efeitos do 2,4-D em animais e seres humanos nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná (Relatório Projeto Finep nº 4.2.88.0377-00.SUREHMA. 1991, Curitiba).

As fotografias inclusas no referido estudo impressionam pelo alto poder de contaminação do herbicida Tordon 2,4-D.

Outro importante estudo foi elaborado pela Professora Ana Lúcia Tararhuch do Departamento de Fisiologia do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Nesse trabalho, constatou-se



incidência renal em ratos que bebiam água contaminada com o herbicida Tordon que tem como princípio ativo o 2,4-D. O risco de contaminação da população é grande uma vez que os mananciais de água do Paraná estão contaminados por agrotóxicos (em 1984 o percentual de contaminação era de 70%), conforme estudos técnicos da antiga SUREHMA. Os dados da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná confirmam que nos últimos 10 anos ocorreram mais de 9.000 casos de intoxicação por agrotóxicos no Paraná tendo havido no mesmo período mais de 900 mortes.

Ante a gravidade do problema existem diversas iniciativas inclusive algumas oriundas de trabalhadores rurais e da comunidade em geral, no Estado do Paraná e em vários de seus Municípios para que seja proibido o uso deste agrotóxico. A questão não restringe, no entanto, àquele Estado, mas abrange todo o território nacional. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas de 1993 a 1995, foram registrados 12.866 casos de intoxicação por agrotóxicos em todo o País.

Mas, segundo a Fundacentro, órgão de pesquisas do Ministério do Trabalho, esse número deve ultrapassar 200.000, pois se estima que apenas 1% a 2% das intoxicações por pesticidas sejam notificadas.

Pelo exposto, torna-se imprescindível a aprovação urgente do projeto de lei que ora apresentamos, para o qual contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares desta Casa.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=491927](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=491927)

**Data de Apresentação:** 14/02/2011

**Apreciação:** **Proposição** Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Ordinária

**Apensado(a) ao(a):** PL-713/1999

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências".

**Explicação da Ementa:** Proíbe a utilização de agrotóxicos que contenham Ácido 2,4 - Diclorofenoxiacético (2,4-D).

**Indexação:** Alteração, Lei dos Agrotóxicos, proibição, utilização, agrotóxico, herbicida, produto químico, riscos, saúde, danos ambientais.

**Indexação da matéria:** Indexação: Fixação, Normas, Dispositivos, Autorização, Criação, Programa De Apoio Aos Pequenos E Médios Fornecedores De Cana-De-Açúcar, Garantia, Inserção, Pequeno, Médio, Fornecedor, Requisitos, Adimplência, Facilidade, Acesso, Recursos Financeiros, Crédito, Instituição Financeira, Banco Finalidade, Desenvolvimento, Armazenamento, Escoamento, Produção, Incentivo, Associativismo, Assistência Técnica, Treinamento, Profissionalismo, Convênio, União Federal, Melhoria, Ensino Profissionalizante, Ensino Rural.

---

## Tramitação:

**14/2/2011 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 392/2011, pelo Deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que "dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a*

*propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências"".(íntegra)*

**14/2/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 15/02/2011*

**30/3/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Apense-se à(ao) PL-713/1999. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)*

**31/3/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**4/4/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação do despacho no DCD do dia 05/04/2011*



## PROJETO DE LEI Nº 209, DE 2010

Sen. Neuto De Conto

*Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os valores relativos à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), devidos pelas atividades associadas à utilização econômica dos recursos minerais, nos termos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e 8.001, de 13 de março de 1990, poderão ser compensados por meio de precatórios decorrentes de condenação judicial.

§ 1º As operações de compensação e liquidação de que trata o caput deste artigo referem-se a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, dos Estados e dos Municípios, decorrentes de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento (NFLDP).

§ 2º Os valores correspondentes aos precatórios de que trata o caput deste artigo só poderão ser utilizados se decorrentes de condenação judicial irrecorrível.

§ 3º As operações de compensação de que trata o caput deste artigo só poderão ser feitas junto ao mesmo ente federativo responsável pelos precatórios.

§ 4º Nas operações de compensação e liquidação de que trata o caput deste artigo, aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as normas da compensação prevista na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

---

### Justificativa:

No Brasil, a exploração mineral, possui pesada carga tributária. Além dos tributos nela incidentes, existem encargos específicos, como as taxas devidas na fase de pesquisa e a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais (CFEM).

A base constitucional para o pagamento da CFEM é a mesma que fundamenta os royalties pagos pela indústria do petróleo e do gás natural, ou seja, o art. 20. § 1º da Carta. Esse dispositivo constitucional foi inicialmente regulamentado pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e pela Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

Desse modo, segundo as normas legais, a CFEM é devida pelas mineradoras aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação à exaustão desses recursos minerais, em seus respectivos Municípios e territórios.

A cobrança da CFEM constitui receita patrimonial da União, ou seja, contraprestação pelo uso de bem finito da União, e o respectivo dano ambiental Trata-se, na verdade, de relação jurídica de caráter não tributário.

Ocorre que a legislação que regula a matéria vem gerando intenso processo de judicialização, bem como enormes passivos nas contas das mineradoras de todo o País. Há graves problemas na forma de arrecadação dessa compensação, que no futuro próximo inviabilizará todas as mineradoras do País.

Atualmente, a CFEM é calculada sobre o valor do faturamento líquido, quando o produto mineral é vendido, calculado a partir do valor da venda do produto, deduzidos os tributos e as despesas com transporte e seguro que incidem no momento da comercialização.

Nos casos em que não ocorre a venda do produto, por este ter sido consumido, transformado ou utilizado pelo minerador, por exemplo, o valor da CFEM é calculado tendo como referência a soma das despesas registradas até o momento de sua utilização.

A diferenciação das alíquotas não respeita critério técnico ou econômico consistente. Isso onera, cada vez mais, a indústria nacional, pois, a cada etapa da cadeia produtiva da mineração, esse impacto é sentido.

Note-se que a atividade mineral é um dos setores mais sensíveis às crises econômicas nacionais e internacionais. É evidente que a queda do preço de um bem mineral no mercado mundial, quando associada a uma elevada carga tributária, é capaz de inviabilizar empreendimentos em operação e de desestimular novos investimentos no setor.

Hoje em dia, a incidência da CFEM vem sendo definida por intermédio de interpretações de decretos e acordos genericamente, sem se considerar a natureza físico-química do bem e suas peculiaridades. Isso implica a incidência da mesma alíquota de CFEM sobre produtos de distintas origens e valores agregados, na mesma cadeia produtiva do bem mineral.

Nesse contexto, o Poder Público tem a obrigação de, pelo menos, tentar minimizar as dificuldades enfrentadas por esse importante e produtivo setor e, por isso, apresentamos esta proposição. Seu objetivo principal é promover um encontro de contas entre o setor público e o setor privado, utilizando um simples procedimento administrativo. Ao contrário do que vem ocorrendo no País, especialmente na área federal, esse processo não pode continuar sendo transformado em procedimento judicial.

O Projeto de Lei que ora oferecemos a esta Casa visa a reduzir, consideravelmente, a inadimplência dos precatórios e, ao mesmo tempo, a desonerar o setor, fazendo com que a CFEM seja, efetivamente, um instrumento da política mineral brasileira.

Sala das Sessões,

Senador NEUTO DE CONTO

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site Senado Federal

[http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/Detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=80668](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=80668)

**Ementa:** Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.

**Explicação da ementa:** o pagamento dos valores relativos à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, devidos pelas atividades associadas à utilização econômica de recursos minerais, por meio de precatórios decorrentes de condenação judicial irrecorrível; restringe o referido pagamento aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, dos Estados e dos Municípios, decorrentes de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento (NFLDP); determina a aplicação subsidiária às operações de compensação e liquidação as regras relativas à compensação de tributos previstas no Código Tributário Nacional e na Lei 9.430/96.

**Assunto:** Econômico - Tributação

**Data de apresentação:** 07/07/2010

---

## Tramitação:

**07/07/2010** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 3 (três) folhas numeradas e rubricadas.*

**07/07/2010** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*Às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*

**08/07/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Ação: Recebido na Comissão nesta data.*

**09/07/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Matéria em fase de recebimento de emendas.*

*Prazo:*

*Primeiro dia: 09.07.2010;*

*Último dia: 15.07.2010.*

**15/07/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.*

*Matéria aguardando designação de relator.*

**04/08/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Ação: Ao Senador Eliseu Resende distribuo o presente projeto.*

*Senador Fernando Collor*

*Presidente*

**04/08/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Ao Gabinete do Senador Eliseu Resende, para relatar a presente matéria.*

**22/12/2010** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Ação: Devolvido pelo Relator, Sen. Eliseu Resende, a pedido.*

*À SSCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**05/01/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.*

*A matéria volta à CI.*

**11/01/2011** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido na Comissão nesta data.*

*Matéria aguardando designação de Relator.*

**29/03/2011** - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Ao Senador Jorge Viana, distribuo o presente projeto*

*Senadora Lúcia Vânia*